



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AGRAVO DE INSTRUMENTO E A CELERIDADE PROCESSUAL

Maurício Gomes Magno

Rio de Janeiro  
2024

MAURÍCIO GOMES MAGNO

AGRAVO DE INSTRUMENTO E A CELERIDADE PROCESSUAL

Artigo científico apresentado como exigência de conclusão de Curso de pós-graduação *Lato-Sensu* em Direito Processual Civil da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

Professores Orientadores:

Ubirajara da Fonseca Neto

Rafael Mario Iorio Filho

Rio de janeiro  
2024

## AGRAVO DE INSTRUMENTO E A CELERIDADE PROCESSUAL

Maurício Gomes Magno

Graduado em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis - UCP. Pós-graduando em Direito Processual Civil na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ)

**Resumo:** o recurso de Agravo de Instrumento é um instituto processual de grande importância no ordenamento jurídico, se revelando efetivo como meio de defesa e de impugnação de decisões. Nesse âmbito, o presente estudo tem como finalidade abordar questões relevantes sobre o referido recurso, em especial, as mudanças trazidas a este com a criação do Novo Código de Processo Civil de 2015 frente ao princípio de celeridade. Junto com essas alterações vieram as dúvidas e debates entre os operadores do direito. Como método de pesquisa este trabalho se baseou em uma revisão bibliográfica desenvolvida a partir de publicações de livros, revistas e artigos referentes ao tema. Inicialmente buscar-se-á apresentar o contexto histórico do referido recurso como também conceitos e características. Num segundo momento serão analisadas as principais alterações do recurso de agravo de instrumento com vistas a evitar a morosidade processual. Já o terceiro capítulo apresentará discussões doutrinárias, e por fim serão apreentadas considerções finais sobre essa temática.

**Palavras-chave:** Direito Processual Civil. Recurso de Agravo de Instrumento. Entendimento doutrinário.

**Sumário:** Introdução. 1.Evolução Histórica, conceitos e características 2. As principais alterações do recurso de agravo de instrumento com vistas a evitar a morosidade processual. 3. Conflito doutrinário e jurisprudencial acerca da aplicabilidade do agravo de instrumento e sua afetação a celeridade processual. Conclusão. Referências.

### INTRODUÇÃO

Para se atingir ou materializar a garantia constitucional da celeridade processual, faz-se necessário diminuir o elevado número de recursos e restringir a possibilidade de se recorrer. O agravo de instrumento é o que mais se debate atualmente.

O recurso de agravo sempre existiu no ordenamento jurídico brasileiro, e, quando se cogita sobre a morosidade do Poder Judiciário, mormente nas questões cíveis, se atribui a mesma a quantidade excessiva de recursos onde o Agravo é sempre apontado como o “vilão”, o responsável por todos os contratempos existentes na tramitação de um processo. Há quem diga que o processo não anda porque a cada decisão que o juiz toma, a parte está autorizada a interpor agravo.

Essas questões trazem as seguintes reflexões: Restringir o uso do agravo de instrumento, de outro recurso ou medida judicial sob a pretensão de materializar a celeridade processual seria a solução ideal? O agravo de instrumento seria uma das principais causas impeditivas do julgamento rápido dos demais recursos, medidas e ações judiciais originárias? O que diz a doutrina a esse respeito? O problema (morosidade) reside no sistema recursal? Ou pode estar atrelado a um problema de gestão e na falta de comprometimento daqueles envolvidos no dever de prestar jurisdição?

Desse modo este trabalho traz como tema central o entendimento doutrinário acerca do recurso de agravo de instrumento, tendo este como “inimigo” da celeridade processual. A temática se mostra relevante pois tem levantado vários questionamentos no campo jurídico, uma vez todos reconhecem e criticam a morosidade da justiça. Para tanto objetiva-se discutir no presente estudo a morosidade processual atribuída ao recurso de embargos infringentes.

No primeiro capítulo é apresentada a evolução histórica do referido recurso com vistas a destacar os pontos de maior relevância, assim como hipóteses de cabimento.

Já o segundo capítulo trata das alterações já feitas no diploma processual no tocante ao agravo de instrumento com vistas a evitar a morosidade processual.

O terceiro capítulo aponta as principais discussões doutrinárias frente ao recurso de embargos infringentes.

Por fim são apresentadas as considerações finais buscando responder as questões norteadoras levantadas neste estudo.

A pesquisa é desenvolvida pelo método hipotético-dedutivo uma vez que a pretensão é eleger um conjunto de preposições hipotéticas para análise do objeto da pesquisa, com fim de rejeitá-las ou comprová-las argumentativamente.

A abordagem do objeto desta pesquisa jurídica é bibliográfica, porquanto o pesquisador se vale da bibliografia pertinente à temática, desenvolvida através de materiais publicados em livros, artigos, dissertações e teses acerca do tema em análise.

## **1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA, CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS**

O recurso é um instrumento processual que a lei disponibiliza às partes, ao Ministério Público e, em certos casos, a terceiros interessados, com o objetivo de possibilitar, dentro da mesma relação jurídica processual, a anulação, reforma, integração ou esclarecimento de uma decisão impugnação judicial. Ao longo da história, os recursos, especialmente o agravo de instrumento, foco central deste estudo, passaram por diversas mudanças. Neste capítulo, serão

analisados os principais marcos históricos.

O agravo de instrumento surgiu no contexto das Ordenações Manuelinas, porém seu fundamento já havia sido constituído nas Ordenações Filipinas<sup>1</sup>.

A terminologia - agravo antes fazia referência a situações gravosas ou aos gravames decorrentes de decisões judiciais desfavoráveis a qualquer litigante, contudo, em razão das diversas peças trazidas ao longo da evolução histórica, o termo passou a ter uma interpretação contrária, se caracterizando como o remédio hábil a curá-las.

Quando já vigente no ordenamento jurídico lusitano e, assim, no ordenamento brasileiro, por meio das Ordenações Manuelinas, o agravo passou a ser entendido como recurso onde as partes prejudicadas se manifestavam contra decisões interlocutórias e poderiam interpor de duas maneiras diferentes. Dessa maneira, se o órgão revisor estivesse no mesmo lugar que o órgão atacado, o agravo seria interposto por petição simples. Porém estando os órgãos *a quo* e *ad quem* situados em lugares diferentes a modalidade do agravo seria por instrumento.

Conforme Pereira esse limite territorial foi constituído de maneira objetiva, porquanto “[...] fixou-se uma distância-limite (cinco léguas) entre as sedes dos dois juízos; abaixo dela, o agravo seria de petição e acima, de instrumento.”<sup>2</sup>

Mesmo com a independência do Brasil, as Ordenações Filipinas, Manuelinas e todos esses agravos, continuaram a ter vigência em todo o território. Moacyr Amaral dos Santos aponta que em meados de 1832 a 1842 ocorreu uma significativa transformação na seara recursal, em relação aos agravos.<sup>3</sup>

Após declarada a independência, a disposição provisória acerca da administração da justiça civil de 1932, estabeleceu-se que os agravos de petição e de instrumento ficariam reduzidos a agravos no auto do processo, deles devendo conhecer o juiz de direito, se interpostos do juiz municipal, e a Relação (tribunal), se a decisão tiver sido proferida por juiz de direito.

Outro marco histórico foi a vigência do Código de Processo Civil de 1939, artigo 842, que previa as hipóteses de cabimento dos recursos de agravo de instrumento, de petição e no auto do processo, a saber:

[...] I - que não admitirem a intervenção de terceiro na causa; II - que julgarem a

<sup>1</sup>AZEVEDO, Luiz Carlos de; COSTA, Moacyr Lobo da. **Estudos de História do Processo: Recursos**. São Paulo: Joen, 1996. p.42.

<sup>2</sup>PEREIRA, José Horácio Cintra Gonçalves. **Agravo no Direito brasileiro**. São Paulo: Juarez Oliveira, 1999. p.331.

<sup>3</sup>SANTOS, Moacyr Amaral dos. **Primeiras linhas de Direito Processual Civil**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. p.324.

exceção de incompetência; III, que denegarem ou concederem medidas requeridas como preparatórias da ação; IV - que receberem ou rejeitarem “in limine” os embargos de terceiro; V - que denegarem ou revogarem o benefício de gratuidade; VI - que ordenarem a prisão; VII - que nomearem ou destituírem inventariante, tutor, curador, testamenteiro ou liquidante; VIII - que arbitram, ou deixarem de arbitrar a remuneração dos liquidantes ou a vintena dos testamenteiros; IX - que denegarem a apelação, inclusive de terceiro prejudicado, a julgarem deserta, ou a relevarem da deserção; X - que decidirem a respeito de erro de conta ou de cálculo; XI - que concederem, ou não, a adjudicação, ou a remissão de bens [...] <sup>4</sup>.

O agravo de petição, todavia, caberia das decisões que implicassem a terminação do processo principal, sem lhe resolver o mérito, O agravo no auto do processo caberia das decisões: que julgassem improcedentes as exceções de litispendência e coisa julgada; II – que não admitissem a prova requerida ou cerceassem, de qualquer forma, a defesa do interessado; III – que concedessem, na pendência da lide, medidas preventivas; IV – que considerassem, ou não, saneado o processo.

Já em 1973, ocorre o rompimento do Código de Processo Civil com a tradição do sistema recursal brasileiro eliminando a especificação *numerus clausus* das hipóteses de cabimento do recurso de agravo. Criou-se a regra geral onde se permitia a interposição de agravo de instrumento sempre que se tratasse de decisão interlocutória. Não havia mais especificação das hipóteses de cabimento.

Ao mesmo tempo, o legislador eliminou o agravo de petição contra as sentenças terminativas e o agravo no auto do processo. Para a hipótese que caberiam antes via agravo de petição, o recurso cabível passou a ser o recurso de apelação.

Como já explanado, o recurso de agravo sempre esteve presente no ordenamento jurídico e, toda vez que se discute sobre a morosidade do Poder Judiciário, principalmente na seara cível, se atribui a mesma a quantidade excessiva de recursos, sendo certo que o Agravo é sempre apontado como o “vilão”, o causador de todas as mazelas existentes na tramitação de um processo. Há quem diga que o processo não anda porque a cada decisão que o juiz toma, a parte está autorizada a interpor agravo.

Partindo dessa situação, nossos legisladores reformistas receosos com tal situação sempre alteram o diploma processual no que toca ao recurso de agravo.

Importa realçar que, inicialmente o recurso de agravo não era muito utilizado, tendo em vista o pequeno número de decisões interlocutórias com capacidade de gerar danos

---

<sup>4</sup>BRASIL. **Decreto Lei nº 1.608 de 18 de setembro de 1939**. Institui o Código de Processo Civil. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, 1939. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11382460/artigo-842-do-decreto-lei-n-1608-de-18-de-setembro-de-1939>. Acesso em: 5 mai. 2024.

iminentes às partes, porém não havia hipóteses de cabimento. Com o surgimento da Lei 8.952/1994<sup>5</sup>, criou-se o instituto jurídico processual da antecipação dos efeitos da tutela, onde em todos os procedimentos era admitida a concessão de decisão liminar que antecipasse às partes o mérito, sendo este certamente dado ao fim do processo.

Nesse contexto, vislumbra-se um considerável aumento do número de decisões judiciais antecipatórias, intensificando o número de interposição dos Agravos, tanto por meio de instrumento como de forma retida. Diante desse cenário, vale citar as palavras de Rodrigues Netto<sup>6</sup>: “Assim, houve um brutal aumento de decisões interlocutórias, relacionadas à antecipação dos efeitos da tutela pretendida e, por conseguinte, uma enxurrada de recursos contra elas interpostos”.

Em decorrência da lei supracitada, operadores do direito começaram a levantar questionamentos e opiniões acerca do recurso de agravo, tendo em vista uma possível violação ao princípio da celeridade e morosidade processual devido ao aumento de decisões danosas, de interposição de recursos de agravo e de trabalhos nos tribunais superiores.

Devido a esta problemática, em 2015, o Novo Código de Processo Civil trouxe em seu artigo 1.015<sup>7</sup> e seguintes, uma nova sistemática ao Recurso de Agravo. Tal redação prevê que o Recurso de Agravo de Instrumento deve ser interposto nas hipóteses trazidas em lei (*numerus clausus*). Já o Agravo Retido foi extinto por completo.

## **2. AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO COM VISTAS A EVITAR A MOROSIDADE PROCESSUAL**

Um das maiores dificuldades enfrentadas pelos operadores de direito, no que diz respeito ao processo, é conseguir um julgamento que seja celere e ao mesmo tempo justo, que aprecie as provas, mas que caminhe dentro do razoável.

O agravo de instrumento, importante recurso no ordenamento jurídico brasileiro, tem sido alvo de críticas no que se refere à celeridade processual.

---

<sup>5</sup>BRASIL. **Lei nº 8.952, de 13 de dezembro de 1994**. Altera dispositivos do Código de Processo Civil sobre o processo de conhecimento e o processo cautelar. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8952.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8952.htm) Acesso em: 19 mai. 2024.

<sup>6</sup>RODRIGUES NETTO, Nelson. **Recurso de agravo**: generalização de sua interposição sob a modalidade retida. Revista Dialética de Direito Processual. São Paulo: Oliveira Rocha 2005, p. 10.

<sup>7</sup>BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm) Acesso em: 5 jun. 2024.

Apesar de sua relevância para impugnar decisões interlocutórias que possam causar danos graves e de difícil reparação, sua utilização frequentemente gera debates sobre os impactos no tempo de tramitação dos processos. Historicamente, o agravamento do instrumento foi visto como um obstáculo à agilidade processual devido aos formalismos exigidos para sua interposição e julgamento, resultando em atrasos significativos, especialmente em cartórios sobrecarregados.

Nessa linha importa realçar que, no Processo Civil antes da década de 90, as decisões interlocutórias proferidas no processo comportavam o agravo na modalidade de instrumento no prazo de dez dias, e, caso o Juiz não reconsiderasse sua decisão, o agravante era intimado para fornecer as peças, tendo como obrigatórias: decisão agravada e intimação da decisão.

Posteriormente se intimava o agravado para trazer as suas, após a Serventia do Juízo fazia a conferência do instrumento e finalmente o recurso era remetido ao Tribunal para julgamento. Esse procedimento burocrático quando caía num Cartório que não zelasse pela rapidez na tramitação dos feitos, o que não era raro devido a carência dos servidores e da falta de condições para o bom desenvolvimento do trabalho, demorava meses até que o recurso subisse ao Tribunal.

Naquela época era comum os advogados peticionarem requerendo a reconsideração da decisão por parte do magistrado e caso este não a fizesse, que recebesse a petição como agravo de instrumento se reservando no direito de juntar a posteriori as peças necessárias para formação do instrumento, dando assim início a via *crucis* acima citada. Tal motivo pode ter contribuído para a fama de que o agravo de instrumento é o responsável pela morosidade na tramitação dos processos cíveis.

Em razão do recurso de agravo não ter efeito suspensivo, ou seja, não impedir o imediato cumprimento da decisão agravada, somado a demora da chegada do recurso e seu efetivo julgamento pelo tribunal, acarretava na proliferação de impetração de mandatos de segurança que visava a obtenção de medida liminar obstando o cumprimento da decisão até posterior julgamento do agravo de instrumento.

A impetração do *mandamus*, nessas circunstâncias, fruto da criatividade dos advogados, ainda que louvável, constituía uma inversão da finalidade do mandado de segurança que, como sabido, só deve ser manejado contra decisões judiciais em circunstâncias excepcionais.

A Lei nº 10.352/01<sup>8</sup>, trouxe inovações voltadas ao agravo, sendo elas: imposição de agravo retido das decisões proferidas em audiência de instrução e julgamento e das posteriores a sentença, salvo nos casos de dano de difícil e de incerta reparação, em se tratando ainda de inadmissão da apelação e quanto aos efeitos em que a apelação fosse recebida, em se tratando de inadmissão do agravo de instrumento, caso não fosse comunicado ao juízo monocrático a interposição deste se alegado pelo agravado.

Já na vigência da Lei nº 11.187/05<sup>9</sup>, o recurso de agravo foi modificado, prevendo-o, como regra geral, na modalidade retida e excepcionalmente na modalidade de instrumento, quando a decisão fosse capaz de causar lesão grave e de difícil reparação, na liquidação de sentença e na execução, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que o apelo fosse recebido (art. 522)<sup>10</sup>. Isto porque à época o juízo de admissibilidade do recurso de apelação se dava duplamente, ou seja, no juízo prolator da sentença e posteriormente pelo tribunal. O prazo para interposição do agravo quer fosse na modalidade retida ou de instrumento era de 10 dias.

Conforme o artigo 523<sup>11</sup> da Lei supracitada, o agravo na modalidade retida era isento de preparo e tinha o condão de evitar a preclusão da matéria a qual poderia ser rediscutida em sede de apelação, bastando para tanto que o agravante assim o requeresse, sendo que na modalidade de instrumento, após a sua interposição perante ao tribunal, o agravante tinha que juntar aos autos cópia do mesmo com o comprovante da interposição e relação de documentos que o instruiu (art. 526, redação dada pela Lei 9.139/95)<sup>12</sup>, sob pena de não o fazendo e caso a omissão fosse apontada pelo agravado, a pena de inadmissão (parágrafo único do referido artigo, introduzido pela Lei nº 10.352/01<sup>13</sup>).

---

<sup>8</sup>BRASIL. **Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2001**. Altera dispositivos da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, referentes a recursos e ao reexame necessário. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110352.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110352.htm) Acesso em: 19 mai. 2024.

<sup>9</sup> BRASIL. **Lei nº 11.187 , de 19 de outubro de 2005**. Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para conferir nova disciplina ao cabimento dos agravos retido e de instrumento, e dá outras providências.. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11187.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11187.htm) Acesso em: 22 mai. 2024.

<sup>10</sup> *Ibid.*

<sup>11</sup> *Ibid.*

<sup>12</sup> BRASIL. **Lei nº 9.139, de 30 de novembro de 1995**. Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, que tratam do agravo de instrumento. Brasília, DF: Presidência da República, 1995. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9139.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9139.htm) Acesso em: 22 mai. 2024.

<sup>13</sup> BRASIL. **Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2001**. Altera dispositivos da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, referentes a recursos e ao reexame necessário. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110352.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110352.htm) Acesso em: 19 mai. 2024.

Interessa nessa perspectiva realçar que, a Lei nº 11.187/05, concedeu ao Relator a faculdade de converter o agravo de instrumento em retido nos casos em que não havia risco de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, conforme redação trazida pelo artigo 527, II<sup>14</sup> da referida lei.

De acordo com o inciso II<sup>15</sup>, do artigo em comento, em um primeiro momento, esta decisão era irrecorrível. Á época o discurso também girava em torno da morosidade do judiciário. A mudança em pauta não alcançou de forma relevante a finalidade pretendida, porquanto reflete-se que essa ‘demora processual’ não está tão somente atrelada ao número de recursos.

Mas, como já citado no início deste estudo, a morosidade do judiciário deveria ser combatida com ímpeto e a culpada da mesma continua sendo vista ainda hoje pela quantidade de recursos. Não olvidamos que o processo deve tramitar em tempo razoável garantindo as partes o direito ao contraditório e ampla defesa, conforme previsto na Carta Magna, *ex vi* do art. 5º, LXXVIII.<sup>16</sup>

Nesse diapasão, o Novo Código de Processo Civil de 2015<sup>17</sup> extinguiu o agravo na modalidade retida como também os embargos infringentes, sendo que quanto ao último trouxe a técnica de julgamento ampliando de forma injustificada, as hipóteses de sua incidência em confronto com os extintos embargos infringentes.

Em se tratando da questão da morosidade processual é perceptível que o Código de Processo Civil de 2015 se revela mais simples e com um olhar mais atento às necessidades sociais, visto que se busca maior celeridade processual. Frente ao Agravo de Instrumento, a legislação prevê a sustentação oral de decisão de mérito com vistas a obter um resultado mais condizente à realidade dos fatos, o recurso continua mantido nas hipóteses de concessão ou não

---

<sup>14</sup> BRASIL. **Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005**. Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para conferir nova disciplina ao cabimento dos agravos retido e de instrumento, e dá outras providências.. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11187.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11187.htm) Acesso em: 22 mai. 2024.

<sup>15</sup> BRASIL. **Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005**. Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para conferir nova disciplina ao cabimento dos agravos retido e de instrumento, e dá outras providências.. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11187.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11187.htm) Acesso em: 22 mai. 2024.

<sup>16</sup>BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 jun. 2024.

<sup>17</sup> BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm) Acesso em: 5 jun. 2024.

da tutela de urgência para as decisões interlocutórias proferidas na execução, como também no cumprimento da sentença e para os demais casos que tenham previsão legal expressa.

### **3. CONFLITO DOUTRINÁRIO E JURISPRUDENCIAL ACERCA DA APLICABILIDADE DO AGRAVO DE INSTRUMENTO E SUA AFETAÇÃO A CELERIDADE PROCESSUAL**

Identificado o principal problema relacionado ao agravo do instrumento, torna-se fundamental promover maior clareza em sua aplicabilidade. A falta de uniformidade, tanto na legislação quanto na interpretação doutrinária, gera divergências importantes. Essa ausência de consenso contribui para o aumento de recursos, o que, paradoxalmente, acaba intensificando a morosidade processual.

Claramente entende-se ser o recurso de agravo de instrumento de suma importância para o bom andamento de um processo civil democrático por se tratar de mecanismo de efetivação do princípio do duplo grau de jurisdição (art. 5º, LV, parte final, da Constituição Federal de 1988<sup>18</sup>).

Diferente da legislação anterior, o Novo Código de Processo Civil, restringe a recorribilidade das decisões interlocutórias às hipóteses legais. De acordo com os artigos 1.015 a 1.020 do NCPC, é cabível o recurso de agravo de instrumento nas seguintes hipóteses:

- Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:
- I - tutelas provisórias;
  - II - mérito do processo;
  - III - rejeição da alegação de convenção de arbitragem;
  - IV - incidente de desconsideração da personalidade jurídica;
  - V - rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação;
  - VI - exibição ou posse de documento ou coisa;
  - VII - exclusão de litisconsorte;
  - VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio;
  - IX - admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;
  - X - concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução;
  - XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º;
  - XIII - outros casos expressamente referidos em lei.

---

<sup>18</sup>BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 jun. 2024.

Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.<sup>19</sup>

Levando em consideração o artigo supracitado, Daniel Amorim Assumpção Neves, aponta que:

No novo sistema recursal criado pelo Novo Código de Processo Civil é excluído o agravo retido e o cabimento do agravo de instrumento está limitado às situações previstas em lei. O art. 1.015, caput, do Novo CPC admite o cabimento do recurso contra determinadas decisões interlocutórias, além das hipóteses previstas em lei, significando que o rol legal de decisões interlocutórias recorríveis por agravo de instrumento é restritivo, mas não o rol legal, considerando a possibilidade de o próprio código de processo civil, bem como leis extravagantes, previrem outras decisões interlocutórias impugnáveis pelo agravo de instrumento que não estejam estabelecidas pelo disposto legal.<sup>20</sup>

Ainda nesse contexto, Luiz Guilherme Marinoni entende ser taxativo o rol artigo 1.015, do Novo Código de Processo Civil, argumentando o seguinte:

A fim de limitar o cabimento do agravo de instrumento, o legislador vale -se da técnica da *enumeração taxativa* das hipóteses em que o agravo de instrumento pode ser conhecido. Isso não quer dizer, porém, que não se possa utilizar a *analogia* para interpretação das hipóteses contidas nos textos. Como é amplamente reconhecido, inclusive por juristas de diferentes tradições e com diferentes inclinações teóricas, o raciocínio analógico perpassa a interpretação de todo o sistema jurídico, constituindo ao fim e ao cabo um elemento de determinação do direito. O fato de o legislador construir um rol taxativo não elimina a necessidade de interpretação para sua compreensão: em outras palavras, a taxatividade não elimina a equivocidade dos dispositivos e a necessidade de se adscriver sentido aos textos mediante interpretação.<sup>21</sup>

Alexandre Câmara, está entre um dos juristas que defendem a taxatividade do rol disposto no artigo 1.015 do NCPC, tem-se o jurista Alexandre Câmara. Em contrapartida uma segunda corrente afirma ser o rol apenas exemplificativo, há, entretanto, uma terceira interpretação apontando que, embora seja taxativo, admite-se interpretação extensiva do seu cabimento. Prevalecendo o terceiro entendimento.

Dessa maneira, argumenta Fredie Didier Júnior, a saber:

(...)as hipóteses de agravo de instrumento estão previstas em rol taxativo. A taxatividade não é, porém, incompatível com a interpretação extensiva. Embora taxativas as hipóteses de decisões agraváveis, é possível interpretação extensiva de cada um do seu tipo. Tradicionalmente, a interpretação pode ser literal, mas há, de

<sup>19</sup>BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm) Acesso em: 5 jun. 2024.

<sup>20</sup>NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 8. ed. Salvador: JusPodivm, 2016. p. 1558.

<sup>21</sup>MARINONI, Luiz Guilherme. **Novo Curso de Processo Civil**: tutela dos direitos mediante procedimento comum. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. v.2. p.405.

igual modo, as interpretações corretivas e outras formas de reinterpretação substitutiva.<sup>22</sup>

Com o mesmo entendimento encontramos Luiz Guilherme Marinoni<sup>23</sup>, Alexandre Freitas Câmara<sup>24</sup>, Cassio Scarpinella Bueno<sup>25</sup>, José Miguel Garcia Medina<sup>26</sup>, Daniel Amorim Assumpção Neves<sup>27</sup> e Teresa Arruda Alvim Wambier<sup>28</sup>, apontando que existe um rol taxativo de hipóteses que admitem o agravo de instrumento, mas a listagem pode ser interpretada de maneira mais ampla mediante raciocínio analógico, interpretação extensiva ou outros “métodos hermenêuticos.

Ao explicar sua teoria, Didier Júnior<sup>29</sup> diz que a competência do juízo embora não prevista no rol do art. 1015 do CPC, comportaria interposição de agravo de instrumento numa interpretação extensiva pois, de acordo com ele, o Código prevê a agravabilidade diante a rejeição da alegação de convenção de arbitragem (art. 1.015, III, do CPC), pois no seu raciocínio, em última *ratio*, a convenção de arbitragem também versa sobre competência.

Nessa perspectiva Alexandre Câmara<sup>30</sup> já vê a convenção de arbitragem como uma questão de jurisdição e não de competência, discorrendo que, quando o Estado-Juiz alega não poder apreciar o processo havendo uma convenção de arbitragem, significa que o Estado não tem jurisdição para apreciar a questão, não a competência.

Sobre esses debates doutrinários acerca do rol do artigo 1.015 do CPC/15, o Superior Tribunal de Justiça se posiciona, definindo uma taxatividade mitigada, conforme a regência dos recursos nº 1.696.396/MT e 1.704.520/MT, a saber:

[...] 1- O propósito do presente recurso especial, processado e julgado sob o rito dos recursos repetitivos, é definir a natureza jurídica do rol extensiva, analógica ou exemplificativa, a fim de admitir a interposição de agravo de instrumento contra decisão interlocutória que verse sobre hipóteses não expressamente previstas nos incisos do referido dispositivo legal. 2- Ao restringir a recorribilidade das decisões interlocutórias proferidas na fase de conhecimento do procedimento comum e dos procedimentos especiais, exceção feita ao inventário, pretendeu o legislador salvaguardar apenas as

<sup>22</sup> DIDIER JR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. 13. ed. Salvador: JusPodvm, 2016. v.3. p.119.

<sup>23</sup>MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Código de Processo Civil comentado**. 3. ed. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 2017, p. 1091.

<sup>24</sup>CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016, p. 522.

<sup>25</sup>BUENO, Cássio Scarpinella. **Novo código de processo civil anotado**. 3. ed. São Paulo Saraiva, 2017. p.227.

<sup>26</sup>MEDINA, José Miguel Garcia. **Novo código de processo civil comentado**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 1531.

<sup>27</sup>NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil**. 9. ed. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 1661.

<sup>28</sup>WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Primeiros comentários ao novo código de processo civil**: artigo por artigo: de acordo com a Lei 13.256/2016. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 1614.

<sup>29</sup>DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. 11.ed. Salvador: Jus Podivm, 2009. p.189.

<sup>30</sup>CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016, p. 527.

“situações que, realmente, não podem aguardar rediscussão futura em eventual recurso de apelação”. [...] <sup>31</sup>

Segue ainda o acórdão:

[...] A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria taxativo, mas admitiria interpretações extensivas ou analógicas, mostra-se igualmente ineficaz para a conferir ao referido dispositivo uma interpretação em sintonia com as normas fundamentais do processo civil, seja porque ainda remanescerão hipóteses em que não será possível extrair o cabimento do agravo das situações enunciadas no rol, seja porque o uso da interpretação extensiva ou da analogia pode desnaturar a essência de institutos jurídicos ontologicamente distintos. 5- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria meramente exemplificativo, por sua vez, resultaria na repristinação do regime recursal das interlocutórias que vigorava no CPC/73 e que fora conscientemente modificado [...] <sup>32</sup>

Outro julgado que corrobora essa afirmação diz o seguinte:

[...] 1- O propósito do presente recurso especial, processado e julgado sob o rito dos recursos repetitivos, é definir a natureza jurídica do rol do art. 1.015 do CPC/15 e verificar a possibilidade de sua interpretação extensiva, analógica ou exemplificativa, a fim de admitir a interposição de agravo de instrumento contra decisão interlocutória que verse sobre hipóteses não expressamente previstas nos incisos do referido dispositivo legal. 2- Ao restringir a recorribilidade das decisões interlocutórias proferidas na fase de conhecimento do procedimento comum e dos procedimentos especiais, exceção feita ao inventário, pretendeu o legislador salvaguardar apenas as “situações que, realmente, não podem aguardar rediscussão futura em eventual recurso de apelação”. [...] <sup>33</sup>

Segue ainda o acórdão:

[...] 4- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria taxativo, mas admitiria interpretações extensivas ou analógicas, mostra-se igualmente ineficaz para a conferir ao referido dispositivo uma interpretação em sintonia com as normas fundamentais do processo civil, seja porque ainda remanescerão hipóteses em que não será possível extrair o cabimento do agravo das situações enunciadas no rol, seja porque o uso da interpretação extensiva ou da analogia pode desnaturar a essência de institutos jurídicos ontologicamente distintos. 5- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria meramente exemplificativo, por sua vez, resultaria na repristinação do regime recursal das interlocutórias que vigorava no CPC/73 e que fora conscientemente modificado pelo legislador do novo CPC [...] <sup>34</sup>

---

<sup>31</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. (2. Turma). **Recurso Especial n. 1.699.396/MT**. Impugnação imediata de decisões interlocutórias não previstas nos incisos do referido dispositivo legal. a [...] Relatora: Min. Nancy Andrighi, 05 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATC?seq=80669076&tipo=51&nreg=201702262874&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20180228&formato=PDF&salvar=false> Acesso em: 23 jul.2024.

<sup>32</sup> *Ibid.*

<sup>33</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. (2. Turma). **Recurso Especial n. 1.704.520/MT**. Impugnação imediata de decisões interlocutórias não previstas nos incisos do referido dispositivo legal. a [...] Relatora: Min. Nancy Andrighi, 14 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/STJ-define-hipoteses-de-cabimento-do-agravo-de-instrumento-sob-o-novo-CPC.aspx> Acesso em: 27 jul.2024.

<sup>34</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. (2. Turma). **Recurso Especial n. 1.704.520/MT**. Impugnação imediata de decisões interlocutórias não previstas nos incisos do referido dispositivo legal. a [...] Relatora: Min. Nancy

Averígue-se que a tese firmada pelo colendo Superior Tribunal de Justiça foi além daquela adotada pela doutrina dominante. Conforme diziam os doutrinadores, poderia ser interposto agravo de instrumento em circunstâncias que guardasse alguma relação de compatibilidade com as hipóteses previstas no rol e não para qualquer situação em que haja “urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação”. Espera-se que esta decisão não venha tornar letra morta o art. 1.009, § 1º, do CPC<sup>35</sup>, acarretando a perda de coerência sistêmica do ordenamento.

A questão da tese firmada pelo STJ (taxatividade mitigada) trouxe um problema de difícil solução, a cláusula aberta, do que vem a ser urgência a ponto de não possibilitar aguardar a apelação para poder alegar determinadas matérias, pois ora o tribunal entende que o indeferimento de um requerimento de prova indeferida pode ser agravada, ora entende que não, deixando de trazer a tão esperada segurança jurídica

Sem dúvida o recurso de agravo de instrumento é instituto por demais tortuoso, que até mesmo no microsistema dos juizados especiais não há uma uniformidade quanto a sua aplicabilidade.

Nos Juizados Especiais Cíveis da Lei nº 9.099/95<sup>36</sup> não há previsão para aplicação, embora omissão, no Tribunal do Rio de Janeiro não se aplica de forma subsidiária o Código de Processo Civil, ao argumento de que seria um empecilho a celeridade processual, bem como estaria em descompasso com os princípios norteadores da Lei, seguindo, dessa forma, orientação do FONAJE, trata-se do enunciado nº 15, *in verbis*:

Nos juizados especiais não é cabível o recurso de agravo, exceto nas hipóteses dos artigos 544 e 557 do CPC/1973”, correspondentes aos artigos 1.042 e 321, do CPC/2015, respectivamente.<sup>37</sup>

Enquanto que outros Tribunais o admitem, a exemplo Minas Gerais e Distrito Federal. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal publicou por meio da resolução nº 20 de 21 de

---

Andrighi, 14 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/STJ-define-hipoteses-de-cabimento-do-agravo-de-instrumento-sob-o-novo-CPC.aspx> Acesso em: 27 jul.2024.

<sup>35</sup>BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm) Acesso em: 5 ago. 2024.

<sup>36</sup> BRASIL. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1995. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19099.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm) Acesso em: 19 set. 2024.

<sup>37</sup>CNJ. **Enunciados Cível**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/juizados-especiais/enunciados-fonaje/enunciados-civeis/> Acesso em: 19 set. 2024.

dezembro de 2021, o Regimento Interno das Turmas Recursais dos juizados especiais do Distrito Federal e dos Territórios.

Na referida resolução, há previsão em seu artigo 80, no que tange ao cabimento da interposição de Agravo de Instrumento no âmbito dos juizados especiais, nos seguintes termos:

Art. 80 É cabível o agravo de instrumento contra decisão:

I – que deferir ou indeferir providências cautelares ou antecipatórias de tutela, nos juizados especiais da fazenda pública;

II- no incidente de desconsideração da personalidade jurídica nos especiais da fazenda pública;

III – não atacável por outro recurso, desde que fundado na ocorrência de erro de procedimento ou do ato apto a causar dano irreparável ou de difícil reparação na fase de execução ou de cumprimento de sentença.<sup>38</sup>

Situação diversa se dá com relação aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, porquanto por expressa determinação legal cabe agravo de instrumento, é o que se depreende pela leitura do ar. 3º e 4º, ambos da Lei nº 12.153/2009<sup>39</sup>.

Com efeito, por se tratar de um microsistema ao menos nesta seara o instituto em voga deveria ter sido tratado da mesma forma, para que não fosse destoante sua aplicabilidade, pois as mesmas questões principiológicas, oralidade, informalidade, celeridade, concentração se aplicam a todos

## CONCLUSÃO

Embora tenha se alterado o regime de Agravos com o propósito de restringir as suas modalidades de cabimento, com a pseudo ideia de que isto traria ao processo uma maior celeridade, o que não se vê, haja vista que a demora na prestação jurisdicional via de regra não está jungida a procedimentos ou mesmo institutos processos, tendo como escopo principal o ser humano na gestão do processo, sendo este fenômeno facilmente perceptível, bastando comparar o acervo processual de uma Serventia com outra.

<sup>38</sup> TJDF. **Resolução nº 20**, de 21 de dezembro de 2021. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.tjdft.jus.br%2Fpublicacoes%2Fregimentos%2Fregimento-interno-das-turmas-recursais%2Ftrje-resolucao-20-2021-1-2.docx&psig=AOvVaw0qgd5TI9aObdut8R2LIWy\\_&ust=1732104815115000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CAQQn5wMahcKEwiQ-\\_boruiJAxUAAAAAHQAAAAAQBA](https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.tjdft.jus.br%2Fpublicacoes%2Fregimentos%2Fregimento-interno-das-turmas-recursais%2Ftrje-resolucao-20-2021-1-2.docx&psig=AOvVaw0qgd5TI9aObdut8R2LIWy_&ust=1732104815115000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CAQQn5wMahcKEwiQ-_boruiJAxUAAAAAHQAAAAAQBA) Acesso em: 19 set. 2024.

<sup>39</sup> BRASIL. **Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112153.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112153.htm) Acesso em: 19 set. 2024.

Isso, por si, denota que a eficiência, celeridade etc. está muito mais vinculada aos gestores do órgão jurisdicional do que ao número de recursos existentes.

O exemplo disso é facilmente notado por uma simples visita aos órgãos jurisdicionais de primeiro grau de jurisdição onde se vê Serventias judiciais com um número restrito de Servidores, abarrotas de estagiários se Direito que por mais que possam ser comprometidos com o trabalho seu mister se torna limitado quer seja por receio de praticar certos atos ou mesmo por impedimento legal, como lavrar certidões.

Hodiernamente vemos com uma certa perplexidade um esvaziamento da procura dos juizados especiais, tendo o jurisdicionado preferido deduzir suas demandas uma Vara Cível, dado ao fato das indenizações serem de pequena monta.

Dessa fora, força concluir que se os juizados especiais tiveram sua criação para num primeiro momento proporcionar ao cidadão num curto espaço de tempo ter sua pretensão atendida, numa sede mais célere, também servia para desafogar uma Vara Cível que contava com um acervo grande de processos.

É de bom alvitre lembrarmos que, num passado remoto, quando se tentou liminar a incidência do agravo de instrumento, nos deparamos com o aumento de mandados de segurança.

Hoje vivemos em uma situação um tanto quanto desconfortante no sentido de não haver uma uniformidade de entendimento quanto às hipóteses de admissão do agravo de instrumento quando este não estiver contemplado no rol do art. 1015, do CPC, trazendo com isso uma certa insegurança jurídica, o que o legislador de 2015 tentou evitar.

Exemplificando o que acima foi dito, há Câmaras Cíveis que admitem, em certos casos, agravo de instrumento para denegação de provas e outras não, honorários periciais, dentre outras hipóteses, tornando fraca a norma prevista no art. 926, do CPC, que impõe a observância da jurisprudência no sentido de mantê-la íntegra, estável e coerente.

A experiência nos mostra que sempre que o legislador tentou diminuir as hipóteses de aplicabilidade do agravo de instrumento, isto se mostrou muito prejudicial.

Com efeito, a tentativa de limitar as hipóteses de cabimento do agravo de instrumento não de mostrou satisfatória, tanto assim o é que posteriormente o Superior Tribuna de Justiça, tentou salvar a norma legal criando a tese da taxatividade mitigada, trazendo outros problemas para o jurisdicionado, haja vista não há uma interpretação uniforme do que vem a ser urgência que impeça de se aguardar o recurso de apelação.

Por fim, atribuir a morosidade da prestação jurisdicional a um pseudo número acentuado de recursos ou mesmo a um determinado recurso ou, ainda, a existência de um determinado procedimento, como é alardeado mormente pelo leigo, não parece ser essa a verdade dos fatos, pois parece que esse fenômeno está muito mais atrelado ao operador do direito e quando é dito operador do direito são todos os envolvidos na prestação da jurisdição,

Cúpula do Poder Judiciário, Juízes, Advogados, Serventuários etc, pois afinal de contas estamos na era do processo participativo, ou seja todos os envolvidos devem contribuir para que a tutela jurisdicional deva ser prestada de forma eficaz e num tempo razoável atendendo, dessa, forma, ao que dispõe o princípio constitucional da duração razoável do processo, inserto na Constituição Federal no art. 5º, LXXVIII.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Luiz Carlos de; COSTA, Moacyr Lobo da. **Estudos de História do Processo: Recursos**. São Paulo: Joen, 1996.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto Lei nº 1.608 de 18 de setembro de 1939**. Institui o Código de Processo Civil. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, 1939. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11382460/artigo-842-do-decreto-lei-n-1608-de-18-de-setembro-de-1939>. Acesso em: 5 mai. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2001**. Altera dispositivos da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, referentes a recursos e ao reexame necessário. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110352.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110352.htm) Acesso em: 19 mai. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005**. Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para conferir nova disciplina ao cabimento dos agravos retido e de instrumento, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11187.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11187.htm) Acesso em: 22 mai. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm) Acesso em: 5 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.952, de 13 de dezembro de 1994.** Altera dispositivos do Código de Processo Civil sobre o processo de conhecimento e o processo cautelar. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8952.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8952.htm) Acesso em: 19 mai. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.** Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1995. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9099.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm) Acesso em: 19 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009.** Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12153.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12153.htm) Acesso em: 19 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.139, de 30 de novembro de 1995.** Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, que tratam do agravo de instrumento. Brasília, DF: Presidência da República, 1995. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9139.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9139.htm) Acesso em: 22 mai. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. (2. Turma). **Recurso Especial n. 1.699.396/MT.** Impugnação imediata de decisões interlocutórias não previstas nos incisos do referido dispositivo legal. a [...] Relatora: Min. Nancy Andrighi, 05 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATC?seq=80669076&tipo=51&nreg=201702262874&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20180228&formato=PDF&salvar=false> Acesso em: 23 jul.2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. (2. Turma). **Recurso Especial n. 1.704.520/MT.** Impugnação imediata de decisões interlocutórias não previstas nos incisos do referido dispositivo legal. a [...] Relatora: Min. Nancy Andrighi, 14 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/STJ-define-hipoteses-de-cabimento-do-agravo-de-instrumento-sob-o-novo-CPC.aspx> Acesso em: 27 jul.2024.

BUENO, Cássio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil anotado.** 3. ed. São Paulo:Saraiva, 2017.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CNJ. **Enunciados Cíveis.** Brasília, DF: CNJ, [2024]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/juizados-especiais/enunciados-fonaje/enunciados-civeis/> Acesso em: 19 set. 2024.

DIDIER JR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil.** 13. ed. Salvador: JusPodvm, 2016. v.3.

DIDIER JR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil.** 11.ed. Salvador: Jus Podivm, 2009.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Novo Curso de Processo Civil:** tutela dos direitos mediante procedimento comum. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. v.2.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Novo Código de Processo Civil comentado**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 8. ed. Salvador: JusPodivm, 2016.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 9. ed. Salvador: Juspodivm, 2017.

PEREIRA, José Horácio Cintra Gonçalves. **Agravo no Direito brasileiro**. São Paulo: Juarez Oliveira, 1999.

RODRIGUES NETTO, Nelson. **Recurso de agravo**: generalização de sua interposição sob a modalidade retida. Revista Dialética de Direito Processual. São Paulo: Oliveira Rocha, 2005.

SANTOS, Moacyr Amaral dos. **Primeiras linhas de Direito Processual Civil**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil**: artigo por artigo: de acordo com a Lei 13.256/2016. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

TJDFT. **Resolução nº 20, de 21 de dezembro de 2021**. Brasília, DF: TJDFT, 2021. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/publicacoes/publicacoes-oficiais/resolucoes-do-pleno/2021/resolucao-20-de-21-12-2021>. Acesso em: 19 set. 2024.